

Sua Excelência, Augusta Maita, Ministra do Mar, Águas Interiores e Pescas,

Excelências

Distintos convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Todo o protocolo observado.

Em resposta ao movimento global de chamamento à acção, lançado pelas Nações Unidas e por vários organismos responsáveis pela promoção da sustentabilidade dos oceanos, no quadro da implementação dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, particularmente o ODS 14, referente à conservação e uso dos oceanos, mares e dos recursos marinhos, para o desenvolvimento sustentável, a República de Moçambique, estabeleceu uma plataforma de diálogo permanente, a realizar-se em séries, bienalmente, com o objectivo de promover a concertação, o alinhamento e a partilha do conhecimento, necessários a um efectivo cumprimento dos compromissos assumidos.

A primeira edição da conferência foi realizada no reconhecimento de que o conhecimento, assente na investigação científica e

tecnologia, como chave basilar para o desenvolvimento da Economia Azul. Nesta vertente, o Governo através do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, realizou, nos dias 18 e 19 de Novembro corrente, na Localidade de Chiboene, Cidade de Vilankulo, Província de Inhambane, a 2ª Edição da Conferência Internacional Crescendo Azul que teve como objectivo geral “avaliar os progressos alcançados na promoção e integração do desenvolvimento das economias do mar, no contexto da Economia Azul Sustentável, baseado no conhecimento científico e tecnológico”.

A conferência decorreu sob o lema: “Investir na saúde do oceano é investir no futuro do planeta”. Este lema remete-nos à importância dos Mares e Oceanos para a humanidade como fonte de vida, produtor de oxigênio, suporte dos ecossistemas, regulador do clima, produtor de alimentos, fonte de emprego e como reserva de água.

A conferência contou com a participação presencial de 382 (trezentas e oitenta e duas) pessoas e cerca de 7,000 (sete mil) pessoas em formato virtual, nacionais e estrangeiros, entre o Governo, decisores, indústria, empresas, parceiros de cooperação, instituições financeiras, instituições de ensino e

pesquisa, organizações da sociedade civil e particulares com interesses na área da economia azul e governação do mar.

Neste evento, destaca-se a participação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, como sinal do mais alto compromisso do Estado Moçambicano para com a causa do uso sustentável dos oceanos. Destaca-se ainda, a participação de Sua Excelência Uhuru Kenyata, Presidente da República do Quênia, país que partilha desafios similares de uso sustentável do oceano para promover modos de vida sustentáveis e preservar o futuro do planeta. Sublinha-se, também, a participação virtual de Sua Excelência Peter Thomson, Enviado Especial do Secretário-geral das Nações Unidas para os Oceanos, o que evidencia o facto de que a preocupação com a saúde dos oceanos é colectiva, requerendo o engajamento de actores estatais e não-estatais, locais e globais.

Estruturalmente, a conferência esteve organizada em: sessão solene de abertura, sessão especial, 4 sessões plenárias, 10 sessões paralelas, 09 eventos paralelos e uma exposição-feira. Nas sessões presenciais, foram observadas as medidas de prevenção da COVID-19 em vigor no país, tendo os participantes sido submetidos à testagem prévia, desinfectação à chegada, medição da temperatura corporal e o uso de álcool desinfectante.

A abertura da conferência coube a Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, que no seu discurso destacou a importância do oceano como a principal “*arma de combate aos efeitos nefastos das mudanças climáticas*” e, portanto, os desafios que devem ser superados com vista a garantir a sua gestão sustentável e segura, nomeadamente: a pesca excessiva sem planos de repovoamento, a poluição, a pirataria e o tráfico. O Chefe do Estado referiu ainda que a gestão sustentável dos oceanos deve ser alicerçada por um forte compromisso político, incluindo ao nível provincial e uma cooperação entre países e a ratificação de um quadro regional e internacional, tendo como base os vários acordos e compromissos já existentes.

Esse compromisso político foi reforçado pelas diversas intervenções na sessão especial, que destacaram a necessidade do trabalho conjunto ao nível regional e global para colmatar problemas de alteração climática e garantir a saúde dos oceanos, bem como a aprovação e revisão de instrumentos jurídicos que regulem a actividade e permitam a exploração sustentável dos oceanos. A sessão especial também assumiu que o continente africano deve aproveitar melhor os recursos marinhos para o seu desenvolvimento.

Como demonstração do engajamento de Moçambique com a necessidade de se investir na saúde do oceano como investimento no futuro do planeta, o Presidente da República de Moçambique, Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, procedeu ao lançamento do Plano de Ordenamento do Espaço Marinho (POEM), instrumento que visa, entre outros aspectos, promover a exploração económica sustentável, racional e eficiente do mar e dos recursos marinhos e dos serviços dos ecossistemas.

Nas sessões plenárias e paralelas, foram apresentados e discutidos diversos temas enquadrados nos quatro eixos temáticos da conferência, nomeadamente:

1. Governação e Sustentabilidade do Oceano;
2. Rotas do Oceano;
3. Oceano e Inovação; e
4. Energias do Oceano.

Em relação aos aspectos debruçados na área temática da **Governação e Sustentabilidade do Oceano**, foi destacada a importância que se atribui aos oceanos e com existência de um potencial no mar ainda por explorar mas havendo a necessidade de consciencialização das nações para a mudança de comportamento e padrões de consumo contribuindo assim para

a transição para a sustentabilidade dos mares; promovendo acções visando a redução da poluição marinha entre as quais o combate aos plásticos que contaminam os oceanos, da pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, no quadro da CPLP que muito preocupa a todos e discussão em torno da Estratégia do Oceanos que é alinhada com as grandes iniciativas das Nações Unidas para a Década, Agenda 2030 e a Década dos Oceanos para além de reiterar que esta é a Década de transformação para o combate à pobreza, promoção da pesca sustentável; e expansão da gestão sustentável do oceano. Como ameaça à boa governação e sustentabilidade do oceano, assume-se que a continuação da queima de combustíveis fósseis aumenta o aquecimento global que deve ser contido porque tira a segurança das gerações vindouras.

No que concerne aos efeitos das mudanças climáticas, há que considerar que estes não podem ser prevenidos mas medidas importantes podem ser tomadas para minimizar seus efeitos e o país tem estado a elaborar e a aprovar vários instrumentos dentre eles a destacar o NDC onde estão previstas medidas para o combate às mudanças climáticas. Os participantes assumem que, para sua mitigação, há necessidade de investimento em capital humano e institucional, estabelecimento de parcerias

público-privadas e uma abordagem integrada e inclusiva na governação dos oceanos.

Na mesma sessão, foram identificados os desafios que devem ser superados com vista a garantir uma gestão sustentável dos oceanos, nomeadamente: a utilização indevida dos mares, a perda da biodiversidade, a pesca excessiva e sem mecanismos que permitam o repovoamento e a poluição marinha principalmente por plástico. Neste âmbito, Moçambique ampliou o seu conceito de Economia Azul, visando garantir a sustentabilidade alimentar e um uso racional e sustentável do oceano. A concepção desta conferência no país está em alinhamento com o movimento global, no entanto, há ainda desafios de legitimização que podem ser superados com o tempo através da diplomacia azul proactiva.

No que diz respeito à área temática sobre **Rotas do Oceano**, Os participantes assumem que a posição geográfica de Moçambique, que lhe confere o *status* de Estado costeiro, com direitos e obrigações decorrentes das convenções internacionais das quais é signatário, impõe o desafio para a sua transformação em Estado marítimo, isto é, um Estado com domínio sobre a sua costa e que seja capaz de capitalizar as suas potencialidades, incluindo transporte/navegação, portos, comércio marítimo e eco-turismo.

Para responder aos efeitos dos transportes sobre o meio ambiente, esta sessão apelou ao cumprimento da recomendação da COP26, a qual propõe a redução da intensidade de carbono das embarcações internacionais em 25% até 2030. No mesmo espírito, a SADC enfatizou a pesca transformativa e apontou como problemas actuais, a sobre-exploração, o sistema deficiente de recolha de dados, o uso de materiais não apropriada que ameaçam a sustentabilidade dos stocks, a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada e falta de recursos humanos qualificados e materiais para cumprir a agenda de seu combate, o que remete a união de esforços e melhoria da coordenação entre os Estados membros e tendo recomendado que estes assinem a Carta regional para o estabelecimento do Centro de Monitoria, Controlo e Fiscalização para o combate da pesca ilegal, não reportada e não regulamentada.

Em relação ao eixo temático **Oceano e Inovação**, foi destacado que investir na saúde do oceano é a solução para o oceano limpo e nesta Década da Ciência, a pesquisa deverá contribuir para o alcance deste objectivo. Moçambique tem muitos desafios e para o alcance das metas estabelecidas é necessário o uso das tecnologias digitais na implementação e manter a inovação como catalizador para o progresso deste objectivo onde foi convidado o país para fazer parte do objectivo 2.0 (Aceleração da digitalização)

Também ficou assente que os oceanos são relevantes e que existem potencialidades para a economia azul em Moçambique e é possível a identificação e quantificação das mudanças que estão sendo verificadas no oceano com o uso das tecnologias. Os participantes desta sessão foram unânimes em afirmar que a ciência, a tecnologia e a inclusão da academia no processo de desenvolvimento da economia azul é possível e de capital importância para a consecução de resultados satisfatórios, uma vez que as decisões políticas no sector serão melhor acertadas e informadas se as mesmas forem baseadas em investigações de carácter científico. Ainda na vertente tecnologica, por exemplo, foi proposto o uso da robótica como área a ser considerada e capitalizada como meio de tornar sustentável o processo de produção de conhecimento de dados consistentes para auxiliar a gestão e aos decisores.

Em questões de combate aos efeitos do aquecimento global, foi referido que ainda falta muito para alcançar os compromissos estabelecidos no que concerne a mitigação. Foi também destacada o papel dos oceanos na mitigação das mudanças climáticas onde a solução absorção da energia que está sendo produzida com as divesas actividades é captada através dos ecossistemas marinhos tais como mangais e ervas marinhas, daí a necessidade de sua preservação assim como foi proposto o

processo de desalização como opção tecnológica alternativa para o aproveitamento da água dos oceanos.

Em relação área temática sobre **Energias do Oceano**, o painel sublinhou o papel relevante dos oceanos por oferecem um grande potencial de recursos minerais importantes tais como pláceres (minerais pesados e gemas), areias, evaporitos de potássio, nódulos de manganês, sulfuretos, entre outros, oportunidades que podem contribuir para a economia de Moçambique, contudo é necessário pesquisas para avaliação para a sua exploração sustentável. Por exemplo, assume-se que o Canal de Moçambique tem um potencial para exploração *Onshore* e *Offshore* de recursos estratégicos e raros para além do petróleo e gás.

Quanto aos recursos renováveis, foi referidos que neste contexto, os recursos acima mencionados embora não renováveis, estes inserem quantidades de minerais que podem permitir o processo de transição para as energias renováveis. No entanto, dado que os impactos da sua exploração sobre o ambiente marinho é bastante considerável (ex: nuvem de sedimento), deve ser assegurado que estes impactos sejam limitados à área de exploração, assim a recolha de dados ambientais constitui crucial

bem como é importante o conhecimento geológico para o levantamento do potencial

Foi recomendada a necessidade de criação de uma base de dados credível, focalização em medidas efectivas para a protecção dos oceanos, assim como a conscientização para a pesquisa, como um factor chave para a transição energética. A diversificação dos recursos geológicos e a necessidade de evitar conflitos só pode acontecer num ambiente de cooperação interinstitucional na troca de informação sobre as actividades desenvolvidas por cada sector no oceano. Recomendou-se ainda, que a questão de fundo não é de identificar apenas as principais acções, mas segui-las com vista a produção de resultados.

De um modo geral, os desafios para a exploração sustentável dos oceanos identificados devem ser ultrapassados, para que o oceano contribua, efectivamente, para o desenvolvimento sustentável na lógica da economia azul. Dentre estes desafios, destacam-se os seguintes:

- Degradação dos ecossistemas e acidificação dos oceanos;
- Aspectos financeiros e infra-estruturas para o combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada;

- Oportunidades de investimento, especificamente no que diz respeito ao capital humano, institucional e material;
- Implementação dos Planos de gestão comunitária, apropriação das comunidades e coordenação intra e inter-institucional sobre os benefícios da Economia Azul Sustentável;
- Adopção e implementação da POLMAR e de legislação marítima nacional, revisão pontual da Lei do Mar, reforço a capacidade humana em matérias de Direito marítima,
- Adopção e materialização dos compromissos assumidos nas Convenções internacionais de que o país é membro (inclusão no ordenamento jurídico nacional).

Das sessões ocorridas durante a conferência, resultaram as seguintes recomendações:

- Realizar consultas inclusivas e participativas junto às comunidades para investimento e investigação;
- Dar à saúde do mar a mesma atenção que é dada ao bem-estar social;
- Adotar estratégias inovadoras para a sobrevivência das espécies;

- Promover o uso da tecnologia, pesquisa e ciência para a segurança alimentar, através de soluções sustentáveis;
- Partilhar de conhecimento científico entre os Estados, instituições de pesquisa e demais intervenientes bem como apropriação, pelos Governos, dos resultados de pesquisa e científicos;
- Apostar no desenvolvimento institucional e na diplomacia azul proactiva;
- Promover a literacia oceânica;
- Adotar uma linguagem adequada para transmitir mensagens ou conhecimento produzido sobre as diversas matérias e áreas de saber aos mais interessados e afectados;
- Investir no transporte marítimo de cabotagem;
- Difundir o conhecimento ou a informação sobre a importância da protecção do mar através dos órgãos de comunicação social;
- Facilitar o comércio marítimo regional por forma a assegurar a criação de empregos sustentáveis.

Compromissos assumidos durante a conferência:

- Mobilização, pela UE, de mais investimentos através de parcerias com instituições financeiras como o Banco

Europeu de Investimento, com as Nações Unidas e com o sector privado;

- A Organização Marítima Internacional (IMO), através da sua representação regional para África, compromete-se a ajudar os países em desenvolvimento, encorajando-os nas áreas de *green activities* e novas tecnologias rumo ao desenvolvimento sustentável através do uso dos oceanos: Este organismo internacional comprometeu-se ainda apoiar Moçambique na implementação do seu plano estratégico 2018-2023 no que tange à governação oceânica e à economia azul, para garantir que o uso dos recursos oceânicos seja regulado.
- A BIOFUND assegurou existirem iniciativas de financiamento inovadoras que estão sendo consideradas para captilizar a abordagem para o incremento de áreas marinhas protegidas (MPA).

Para além das quatro sessões paralelas e dez sessões paralelas que corporizaram o eixo principal da conferência, foram realizados oito eventos paralelos que permitiram um maior aprofundamento de temas específicos relacionados com a saúde dos oceanos nomeadamente:

- i. - Mangais e sustentabilidade marinha
- ii. - Combate a pesca ilegal, Não declarada e não reportada

- iii. - 9ª Reunião do task *force* da SADC sobre a pesca
- iv. - Painel de discussão sobre estratégias de desenvolvimento de economia azul
- v. - O acesso da gestão de base comunitária e gestão de zonas costeiras: da política para a prática;
- vi. Pesca ilegal na CPLP
- vii. – Impacto de mudanças climáticas.
- viii. Exposição-Feira e sarau cultural

Vilankulo, 19 de Novembro de 2021